



ID: 119312193

26-09-2025

# Mais de 20% da formação executiva do Iscte é lusófona

**Internacionalização** ■ Brasil e Angola contribuem, em conjunto, com 20% dos alunos do Iscte Executive Education. Cabo Verde e Moçambique também se destacam num mapa em que a lusofonia é chave.

**Almerinda Romeira**  
aromeira@medianove.com

José Crespo de Carvalho coloca a fasquia bem alto. “Queremos chegar aos 50% de alunos internacionais. Não sei quando será, mas esse é o nosso objetivo”, afirma o presidente do Iscte Executive Education ao Jornal Económico. No ano passado, a Escola fechou com 40% de alunos de fora, num total de cerca de 4000. Angola e o Brasil contribuíram com 800 para o contingente total.

No mapa da internacionalização da Escola, o mundo lusófono ocupa um lugar muito relevante. O Brasil é o Brasil, o principal mercado e com isto está muita coisa dita. Do outro lado do mundo, em África, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau... os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) são, explica José Crespo de Carvalho, “mercados naturais por causa da língua, das afinidades e de alguma matriz até jurídico económica do mercado que é muito similar”. Até o pequeno Timor-Leste lá longe, é um pontinho no mapa.

Na liderança da Formação de Executivos do Iscte há cerca de seis anos e meio, com uma pandemia pelo meio, José Crespo de Carvalho e equipa trabalham diariamente para concretizar o que definiram, desde o primeiro dia, como o primeiro pilar estratégico: a internacionalização.

É no edifício projectado pelo arquitecto Raul Hestnes Ferreira, agraciado com uma Menção Honrosa do Prémio Valmor de 1993 pela sua fidelidade à expressão

plástica do movimento moderno, que José Crespo de Carvalho nos conta que o mês de setembro começou com as portas a abrirem-se a um grupo de quadros angolanos e a outro vindo do Brasil. Em termos internacionais até poderia ter sido melhor, refere, caso não tivessem acontecido as inundações que devastaram a ilha de São Vicente em Cabo Verde.

“O Mindelo ficou impraticável para podermos dar aulas”, diz. Para o início do mês estava previsto um programa de Logística e Gestão da Cadeia de Abastecimento para as Ilhas de Cabo Verde, uma formação concebida especificamente para a realidade concreta do arquipélago, em parceria com a local Fundação António Canuto. Se as circunstâncias o permitirem, o curso avançará em novembro. “Tanto no Mindelo como na Cidade da Praia há muitos quadros decisores de políticas a vários níveis”, salienta.

Cabo Verde é tão relevante que todos os anos o Iscte Executive Education lá realiza uma ação de formação. “Pelo menos uma”, salienta José Crespo de Carvalho, lembrando que há alguns anos, o pró-



**José Crespo de Carvalho**  
Presidente do Iscte Executive Education



**O Iscte Executive Education funciona no campus do Iscte em Lisboa, um edifício de traça modernista distinguido pela sua arquitetura**

prio Mestrado em Gestão do Iscte tinha uma parte escolar a funcionar em permanência neste país, para onde a instituição fazia deslocar professores em itinerância. A maioria dos formandos não eram recém-licenciados como por cá acontece nos mestrados, mas, sim, decisores de empresas. “Se for a Cabo Verde vai ver que muitas empresas, quer portuárias, quer aeroportuárias, quer de telecomunicações estão cheias de quadros que nós formamos. Se há país onde temos uma grande diáspora de quadros é Cabo Verde”, adianta.

No mapa do mundo lusófono há a assinalar alunos esporádicos da Guiné-Bissau e de Timor-Leste e um investimento direto em Moçambique, onde o Iscte detém uma participação na escola de engenharia ISUTC.

Os PALOP e o Brasil beneficiam da “boa oferta online” do Iscte Executive Education. Os alunos podem fazer grande parte do trabalho nas suas terras, o que torna o processo formativo mais económico. “Temos muitas pessoas de Angola, Moçambique, Cabo Verde, quer nativos, quer portugueses que estão lá, quer de outros países mas que falam português”, adianta. A diferença horária é uma, duas horas. Joga a favor.

Na sua última viagem ao Brasil

onde viveu, José Crespo de Carvalho desenvolveu contactos com diversas instituições na área da Medicina que estão interessadas em complementar este conhecimento específico com a área da Gestão. “Temos estado em conversações para materializar, quer semanas residenciais, quer módulos”. Na véspera desta conversa eram onze da noite em Lisboa e ainda ele fazia uma *master class* no Brasil. Eram lá sete da tarde.

Brasil, China, Angola... José Crespo de Carvalho quer continuar a crescer nestes mercados, mas está apostado em desbravar outros. Na Ásia, Laos, Vietname, Camboja, Singapura “têm um potencial gigante”. Tal como o Médio Oriente. Aqui, a exploração está atualmente limitada pelas circunstância: os conflitos têm consequências na emissão dos vistos.

O processo de internacionalização, defende, é muito relacionado. “Não há forma de internacionalizar para nenhum destes países nem para o Médio Oriente, nem para o Brasil nem para África ou Ásia sem que se vá lá várias vezes e várias vezes significa mesmo várias vezes”, diz.

Internacionalizar o Ensino Superior como o todo exige diplomacia económica, um salto que Portugal ainda tem que dar. Até lá, é cada um a fazer por si.

## China: uma questão estratégica e diplomática

■ O protocolo entre Portugal e a República Popular da China tem barbas. Foi assinado antes da reforma de Bolonha, na viragem do milénio, e reconhece os cursos que existiam à data, mas não os que foram criados depois. É o caso dos mestrados profissionalizantes, mais recentes. Não estão abrangidos pelo documento, logo não são reconhecidos na China.

José Crespo de Carvalho aproveitou a ida do primeiro-ministro, Luís Montenegro, a este país do sudeste asiático e escreveu-lhe uma carta aberta. Na missiva, publicada no “Diário de Notícias”, o presidente do Iscte Executive Education alerta para a questão e explica que não é apenas burocrática ou administrativa. “Trata-se de uma questão estratégica (e diplomática) que afeta diretamente o futuro da educação superior em Portugal”, afirma. Para conseguirmos realmente abrir portas e ter uma presença significativa neste mercado em mestrados, adianta, “é necessário que a China reconheça oficialmente os nossos programas de mestrado de 60 ECTS (European Credit Transfer System)”.

Os mestrados de 60 ECTS, com a duração de um ano são uma parte da oferta em muitas universidades e escolas de negócios portuguesas. “Esses programas não têm a mesma aceitação ou reconhecimento na China que os de outros países europeus, como Espanha ou França”. Aguarda-se resposta do mensageiro.